

DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: UM ESTUDO DE CASO

CHALLENGES AND PERSPECTIVES IN THE IMPLEMENTATION OF INDIVIDUALIZED EDUCATION PLANS IN SPECIAL AND INCLUSIVE EDUCATION: A CASE STUDY

rosemessiane@gmail.com

MESSIANE ROSE CORREA SÁ MENEZ,
MENEZMESSIANE@GMAIL.COM

Francisco de Oliveira Viana
Chiicoviana@outlook.com

Resumo: O presente artigo analisa os desafios e as perspectivas na implementação do Plano Educacional Individualizado (PEI) no contexto da Educação Especial Inclusiva, com ênfase na Educação Infantil do município de Humberto de Campos–MA. A pesquisa adotou abordagem qualitativa e utilizou como instrumento de coleta de dados um questionário semiestruturado aplicado a professoras da rede municipal de ensino. A análise dos dados foi realizada a partir da metodologia proposta por Minayo (2001), permitindo a compreensão das percepções docentes sobre a aplicação do PEI. Os resultados revelam que a implementação do plano enfrenta dificuldades relacionadas à insuficiência de formação continuada, à falta de orientações específicas para sua elaboração e à limitação de recursos pedagógicos e estruturais. Em contrapartida, identificaram-se práticas inclusivas relevantes, como o uso de atividades lúdicas, materiais adaptados e a colaboração entre professores e famílias. Conclui-se que o PEI constitui um instrumento fundamental para a efetivação da educação inclusiva, desde que sejam fortalecidas ações integradas de formação docente, suporte institucional e investimentos na escola.

Palavras-chave: Práticas Pedagógicas Inclusivas. Educação Infantil. Formação Docente.

Abstract: This article analyzes the challenges and perspectives in the implementation of the Individualized Educational Plan (IEP) within the context of Inclusive Special Education, with emphasis on Early Childhood Education in the municipality of Humberto de Campos, Maranhão, Brazil. The study adopted a qualitative approach and used a semi-structured questionnaire as the data collection instrument, applied to teachers from the municipal school system. Data analysis was conducted based on the methodology proposed by Minayo (2001), allowing for an understanding of teachers' perceptions

regarding the application of the IEP. The results indicate that the implementation of the plan is hindered by insufficient continuing teacher education, lack of specific guidance for its development, and limited pedagogical and structural resources. Nevertheless, relevant inclusive practices were identified, such as the use of playful activities, adapted materials, and collaboration between teachers and families. It is concluded that the IEP is a fundamental tool for the consolidation of inclusive education, provided that integrated actions are strengthened through teacher training, institutional support, and investment in schools.

Keywords: Inclusive Special Education. Individualized Educational Plan. Early Childhood Education. Teacher Training. School Inclusion.

1 INTRODUÇÃO

O Planejamento Educacional Individualizado (PEI) é uma abordagem indispensável na Educação Especial Inclusiva, reconhecida como uma metodologia colaborativa. Segundo Costa e Schmidt (2019), envolve a participação de profissionais como professores, especialistas, psicopedagogos, pais e, quando possível, os próprios alunos. O objetivo é atender às necessidades específicas de cada estudante, oferecendo uma educação personalizada e eficaz.

De acordo com Glat, Vianna e Redig (2012), o Planejamento Educacional Individualizado (PEI) é essencial para a aprendizagem de estudantes com deficiência. Transformar práticas, atitudes e representações na Educação Especial significa reconhecer e legitimar as potencialidades das pessoas com deficiência como sujeitos de direitos, capazes de construir conhecimentos e se desenvolver de acordo com suas especificidades. Essa abordagem é crucial para promover uma educação inclusiva e respeitosa, que valorize as individualidades e promova o pleno desenvolvimento de cada aluno.

Nesse contexto, os PEIs são instrumentos fundamentais para planejar e implementar práticas pedagógicas adaptadas, visando o desenvolvimento integral dos alunos com deficiência. Ao criar um ambiente de aprendizagem que reconhece e valoriza as diferenças, o PEI contribui para a promoção da igualdade de oportunidades e incentiva a participação ativa de todos os estudantes no processo educacional. Dessa forma, o PEI não só favorece a inclusão, mas também assegura que cada aluno tenha suas necessidades atendidas de maneira personalizada, respeitando suas particularidades e potencialidades.

A educação contemporânea tem como compromisso crucial a inclusão de alunos com deficiência. Os Planos Educacionais Individualizados (PEI) são ferramentas importantes para assegurar que esses alunos recebam um ensino adaptado às suas necessidades específicas. No entanto, a implementação prática desses planos enfrenta diversos desafios, que podem afetar a eficácia da educação inclusiva.

Dada a abrangência do tema, esta pesquisa teve como objetivo levantar dados para responder à seguinte questão: Quais são os desafios e as possibilidades na implementação dos PEIs na Educação Inclusiva? Teve como principal objetivo investigar os desafios pedagógicos e estruturais na implementação do Plano de Ensino Individualizado (PEI) na Educação Especial Inclusiva em escolas da educação infantil no município de Humberto de Campos.

A justificativa para a realização deste estudo reside na necessidade premente de aprimorar as práticas de inclusão escolar, assegurando que todos os

alunos, independentemente de suas deficiências, transtornos do neurodesenvolvimento ou altas habilidades tenham acesso a uma educação de qualidade e possam desenvolver plenamente seu potencial. Considerando que o município onde atuo utiliza o Plano de Ensino Individualizado (PEI) como instrumento pedagógico, a relevância desta pesquisa consiste no aprofundamento da compreensão teórica e prática sobre a implementação do PEI, com vistas a qualificar e fortalecer ainda mais a atuação docente e a dinâmica inclusiva nas escolas locais.

Face ao exposto, o presente artigo está organizado em três seções, estruturado da seguinte forma: na seção 1, iniciamos realizando uma abordagem conceitual a respeito do PEI, analisando sua construção histórica atrelada a legislações hodiernas. Em seguida, na seção 2, destacamos a importância desse documento como fator potencializador de inclusão. Nos resultados e discussões, apresentamos os dados coletados em campo, que foram sistematizados e qualitativamente analisados a fim de atender aos objetivos supracitados neste trabalho.

2 BREVE HISTÓRICO E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DO PEI

A Educação Especial vem sendo uma temática pertinente pelo qual se destaca debates, políticas públicas e reflexões no espaço educativo. Historicamente, a Educação Inclusiva passou por diversas transformações. Até meados do século XX, a segregação era uma prática comum, e as pessoas com deficiência eram frequentemente consideradas incapazes de participar plenamente das atividades escolares e sociais. No entanto, ao longo das décadas,

houve um movimento crescente para reconhecer os direitos dessas pessoas à educação e à participação plena na sociedade. Esse movimento culminou em importantes legislações e políticas públicas que promoveram a inclusão, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU e por legislações nacionais como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei Nº 13.146 de 2015).

Nesse contexto, o Planejamento Educacional Individualizado (PEI) emerge como uma estratégia para assegurar que as necessidades educacionais dos alunos com deficiência sejam atendidas de forma eficaz e personalizada.

Na Europa, as primeiras iniciativas de inclusão datam do final dos anos 1960, (Bassi, 2019) retrata que após a Segunda Guerra Mundial, em 1946, houve um grande movimento para reabilitação de soldados e civis que haviam adquirido deficiências durante o conflito. Essas experiências podem ser consideradas as primeiras condutas organizadas de inclusão e reabilitação, marcando um ponto de partida para as políticas públicas voltadas para pessoas com deficiência.

O conceito do Planejamento Educacional Individualizado (PEI) surgiu em 1975, nos Estados Unidos e foi ampliado, na década de 1990, com o aumento do debate global sobre a inclusão, a *Education for All Handicapped Children Act (EAHCA)* foi revisada e expandida, sendo renomeada para *Individuals with Disabilities Education Act (IDEA)*. Esta lei foi um marco significativo, pois estabeleceu que todos os alunos com deficiência têm direito a uma educação pública gratuita e apropriada, em um ambiente menos restritivo possível (Silva et al. 2022).

A França foi um dos países pioneiros na escolarização de pessoas com deficiência. A Lei 534 de 1975, conhecida como *Loi d'orientation in faveur des personnes handicapées*, estabeleceu princípios gerais de não discriminação e assegurou o direito à escolarização para pessoas com deficiência. Esse avanço ajudou a moldar políticas semelhantes em outros países europeus até chegar ao nosso país.

No Brasil, a implementação do PEI ganhou destaque de forma implícita com a promulgação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em 2008. Esta política enfatiza a importância de um sistema educacional inclusivo que acolha todos os alunos, independentemente de suas deficiências. De forma mais direta, a Medida Provisória nº 1.025, de 31 de dezembro de 2020, trouxe alterações importantes à Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Uma das principais mudanças foi a introdução e obrigatoriedade do Plano de Ensino Individualizado (PEI) no sistema educacional inclusivo, como destacado no texto abaixo:

“Art. 28-A Deverá ser adotado, no âmbito do sistema educacional inclusivo, o Plano de Ensino Individualizado – PEI, instrumento de planejamento individualizado, destinado a cada educando com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, elaborado anualmente, em que constarão todos os esforços pedagógicos mobilizados para a aprendizagem do estudante. (BRASIL, Medida Provisória, nº 1025, 2020).

Esse artigo reforça o compromisso com a educação inclusiva, ao exigir que o PEI seja elaborado anualmente, garantindo que os esforços pedagógicos sejam devidamente mobilizados para maximizar a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes. Além disso, estabelece uma abordagem

centrada no estudante, reconhecendo que cada indivíduo possui particularidades que demandam estratégias e recursos específicos.

Nesta perspectiva, observa-se que, ao longo dos anos, as discussões se ampliaram em busca de uma Educação Inclusiva que contemple as singularidades de cada indivíduo. Esse processo tem sido fortalecido pela adoção do Plano de Ensino Individualizado (PEI), que desempenha um papel fundamental ao garantir que as estratégias pedagógicas sejam adaptadas às necessidades específicas de cada estudante.

3 O PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI) COMO FATOR DE INCLUSÃO

A construção de um sistema educacional inclusivo demanda a integração de diferentes documentos de planejamento escolar, como projeto político pedagógico (PPP), planejamento anual, regimento escolar, planos de aula, dentre outros. No entanto, dentro da perspectiva da Educação Especial Inclusiva, destaca-se a importância do Plano Educacional Individualizado (PEI) como um documento essencial para promover a inclusão e atender às necessidades específicas dos educandos.

Conforme observado por Libâneo (2017) o planejamento escolar, seja da escola e/ou do professor deve ser centrado no estudante, respeitando suas individualidades e peculiaridades. É nessa direção que o PEI se consolida como uma ferramenta indispensável, pois oferece um suporte personalizado que contempla tanto as barreiras de

aprendizagem quanto as estratégias de ensino voltadas ao desenvolvimento pleno do aluno.

Em sua concepção sobre o PEI, Pletsch e Glat (2012, p. 84) define:

Em linhas gerais, trata-se de um planejamento individualizado, periodicamente avaliado e revisado, que considera o aluno em seu nível atual de habilidades, conhecimentos e desenvolvimento, idade cronológica, nível de escolarização já alcançado e objetivos educacionais desejados a curto, médio e longo prazos [...] Os professores da turma são responsáveis diretos pelo desenvolvimento do plano, havendo colaboração de outros atores como professores especializados (no caso de alunos incluídos em turmas comuns com suporte), profissionais de outras áreas e até mesmo, da família. Pletsch e Glat (2012, p. 84)

As autoras afirmam que, “instrumentos dessa natureza em muito poderão auxiliar no planejamento de práticas pedagógicas que promovam os processos de ensino e aprendizagem desses alunos e seu consequente desenvolvimento” Pletsch e Glat (2012, p. 35). Além disso, enfatizam que a utilização desses planos facilita a criação de abordagens personalizadas, atendendo às necessidades específicas de cada aluno com deficiência e promovendo sua integração e participação ativa no ambiente escolar.

Os objetivos descritos no PEI, segundo Rhema (2022), consistem em oferecer aos estudantes um ensino adequado ao seu nível de desenvolvimento e às suas habilidades básicas, criando oportunidades significativas para a aquisição e prática de novas competências de forma progressiva. Além disso, o documento apoia o aluno no acompanhamento dos conteúdos da classe regular à qual pertence.

Quanto às contribuições dos PEIs, entende-se que esses documentos não apenas

promovem a adaptação curricular, mas também a inclusão social e o desenvolvimento integral dos alunos, reforçando a importância de uma educação que respeite e valorize a diversidade. A inclusão de alunos com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) ou Altas Habilidades é efetivada por meio de uma abordagem transdisciplinar que envolve a colaboração ativa da família e a integração de esforços entre os profissionais da sala de aula regular e da sala de recursos, buscando potencializar as oportunidades de desenvolvimento disponíveis.

Nesse sentido, faz-se necessário o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas que promovam a participação efetiva de todos os alunos no processo de ensino-aprendizagem. É importante destacar e reconhecer que a rotina do professor em sala de aula é árdua e repleta de desafios, especialmente no contexto da diversidade presente nas escolas. Como o educador pode, diante de tantas demandas e dificuldades, equilibrar sua prática pedagógica para atender às necessidades específicas de cada aluno e, ao mesmo tempo, promover uma educação participativa e inclusiva? Apesar dos desafios, é fundamental que o professor amplie seu olhar para abarcar toda a sua comunidade estudantil, adotando uma perspectiva democrática e sensível às diferenças.

O Plano Educacional Individualizado (PEI) não apenas sustenta essa prática inclusiva, mas também fortalece o papel do professor como mediador do aprendizado, criando condições para o desenvolvimento de um ambiente escolar que valoriza a equidade, a colaboração entre os diversos

agentes educacionais e o protagonismo dos estudantes em suas trajetórias de aprendizagem.

3.1 Metodologia

A construção de um estudo científico demanda a escolha de métodos que dialoguem com os objetivos da pesquisa e proporcionem uma análise consistente dos dados coletados. Nesta seção, apresenta-se a metodologia empregada, cuidadosamente estruturada para captar tanto aspectos objetivos quanto subjetivos das percepções das professoras sobre o Plano de Ensino Individualizado (PEI) no contexto da Educação Especial Inclusiva.

O levantamento de dados foi realizado por meio de um questionário semiestruturado, aplicado a 10 professoras em 5 escolas de Educação Infantil, da Sede do município de Humberto de Campos. O instrumento, disponibilizado de forma digital via Google Forms, consistiu em 11 questões, sendo 7 delas de múltipla escolha e/ou escala de avaliação, e 3 perguntas abertas que possibilitaram a obtenção de respostas mais aprofundadas sobre a implementação do Plano de Ensino Individualizado (PEI) no contexto da Educação Especial Inclusiva.

Para a análise dos dados, foram considerados dois tipos de abordagem: as respostas fechadas foram sistematizadas e avaliadas com base em 5 questões objetivas, enquanto as perguntas abertas foram interpretadas qualitativamente, permitindo uma visão mais rica e detalhada das práticas e desafios relacionados ao uso do PEI como instrumento pedagógico. Nesse sentido os dados coletados foram sistematizados e analisados

quantitativamente e qualitativamente, permitindo uma visão detalhada das percepções das professoras acerca do PEI como instrumento pedagógico.

E por conseguinte, para esta análise de dados foram utilizando duas abordagens complementares: a categorização proposta por Minayo (2001) que permite a identificação de padrões e temas recorrentes nas respostas qualitativas, e a análise gráfica, que facilita a visualização e interpretação dos dados quantitativos obtidos através das questões fechadas. Além disso, buscou-se articular os resultados às discussões teóricas sobre inclusão escolar, de forma a promover reflexões e propor estratégias que possam fortalecer a prática docente e a dinâmica inclusiva nas escolas locais. Esta etapa descrita busca não apenas identificar os principais obstáculos enfrentados pelas escolas e docentes, mas também destacar experiências e práticas positivas que podem ser replicadas ou aprimoradas no âmbito da inclusão.

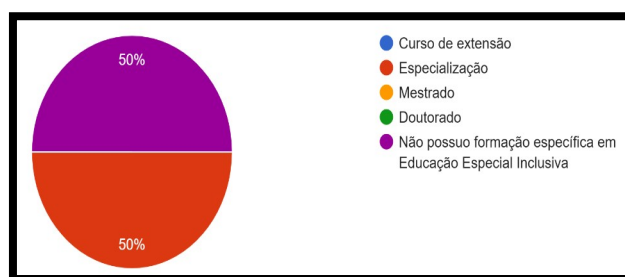
4 PARA ALÉM DA TEORIA, A PRÁXIS: RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção, são apresentados e discutidos os resultados obtidos por meio da pesquisa realizada com professoras da Educação Infantil no município de Humberto de Campos-MA, tendo como foco as percepções sobre os desafios e possibilidades na implementação do Plano de Ensino Individualizado (PEI) na Educação Especial Inclusiva. O foco da investigação foi compreender os desafios e possibilidades relacionados à implementação do Plano de Ensino

Individualizado (PEI) na Educação Especial Inclusiva. Com base nas respostas das professoras, os desafios enfrentados na implementação do PEI veremos as análises a seguir:

O Gráfico 1 retrata as respostas das participantes em relação ao nível de informação que possuem, conforme levantado na primeira pergunta do questionário.

Gráfico 1 - Você possui formação na área de educação especial/inclusiva? Em qual nível?



Fonte: Menez (2025).

Esses resultados evidenciam uma discrepância significativa, onde metade das professoras tem capacitação avançada, mas a outra metade carece de conhecimentos específicos, criando desafios que podem comprometer a efetividade da inclusão escolar.

Como visto no gráfico 1, ainda que 50% das participantes possuam formação específica na área, o percentual de docentes que não têm essa formação pode refletir desafios na implementação prática do PEI, especialmente no entendimento e aplicação das suas diretrizes inclusivas. A formação de professores para a educação inclusiva deve ser vista como um processo contínuo, que ultrapassa a formação inicial. Esse processo busca atender às exigências de uma escola que acolhe a diversidade e

promove a aprendizagem de todos os estudantes, conforme discutido por Mantoan (2013).

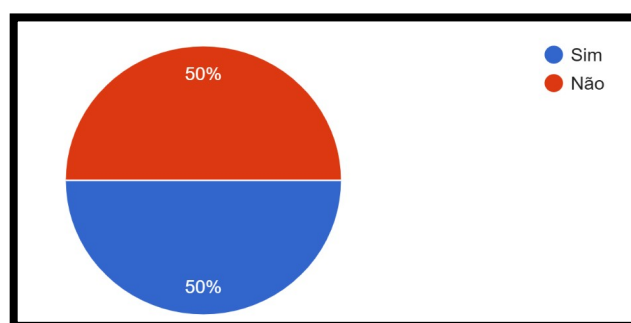
Essa questão revela a importância de investimentos em capacitação e formação continuada para que todas as profissionais tenham conhecimentos adequados e suporte teórico para promover a inclusão. Em outra vertente, percebe-se que para atuar como professor em salas regulares de Educação Infantil, não é obrigatória uma formação específica em Educação Especial. Entretanto, a demanda por um ensino inclusivo evidencia que essa formação é cada vez mais necessária.

Por outro lado, o gráfico de distribuição apresentado, indica que, embora metade das professoras com formação específica tenha alcançado o nível de especialização, há uma lacuna significativa nos níveis mais avançados de formação, como mestrado ou doutorado. Isso pode sugerir que as oportunidades de aprofundamento acadêmico na área de Educação Especial ainda são limitadas ou pouco acessíveis para as docentes do município. Além disso, é importante refletir sobre como a formação específica em nível de especialização contribui para o entendimento teórico e prático do PEI, fortalecendo a implementação das práticas inclusivas. Essa análise pode ser enriquecida ao conectar esses dados às percepções qualitativas das professoras sobre a eficácia de sua formação em relação aos desafios pedagógicos.

O Gráfico 2 apresenta as respostas das participantes em relação à orientação recebida para a elaboração do Plano de Ensino Individualizado

(PEI). Este questionamento busca compreender se as professoras consideram as orientações recebidas suficientes para desenvolver o PEI de maneira eficaz, refletindo sobre possíveis lacunas que possam dificultar sua aplicação prática no contexto da educação inclusiva.

Gráfico 2 - Você recebeu orientação suficiente sobre como elaborar o PEI?



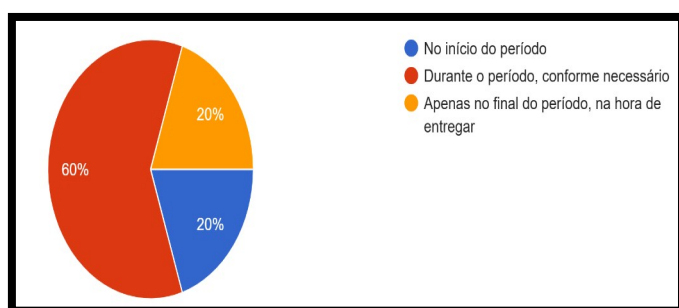
Fonte: Menez (2025).

Essa divisão revela um contraste preocupante, uma vez que evidencia uma lacuna significativa no suporte oferecido às professoras para o preenchimento do PEI. A ausência de orientação para metade das participantes pode comprometer a aplicação prática do plano, dificultando a adaptação de estratégias pedagógicas às necessidades específicas dos alunos. É possível que a falta de orientação seja reflexo de desafios estruturais no sistema educacional local, como a escassez de capacitações regulares ou de suporte técnico específico. Por outro lado, o percentual de professoras que receberam orientação demonstra que já existem iniciativas positivas que podem ser ampliadas para beneficiar todas as docentes. Conectando esses dados aos desafios relatados nas respostas qualitativas, é essencial que haja investimentos em formação continuada e treinamentos específicos sobre o preenchimento e

uso do PEI para garantir maior consistência na aplicação deste instrumento pedagógico.

O Gráfico 3 ilustra as respostas das participantes quanto ao momento em que elaboram o Plano Educacional Individualizado (PEI). Esta informação é fundamental para compreender como o processo de construção do PEI se integra à rotina pedagógica, permitindo identificar possíveis desafios ou boas práticas na organização e aplicação dessa ferramenta no contexto da educação inclusiva

Gráfico 3 - Em que momento você elabora o Plano Educacional Individualizado?



Fonte: Menez (2025).

Os resultados do Gráfico 3 mostram que apenas 20% das professoras elaboram o PEI no início do período, momento considerado ideal para que o plano sirva como base estratégica para orientar as práticas pedagógicas desde o início do processo de inclusão do aluno. Além disso, os 20% que elaboram o PEI no final do período podem estar utilizando o documento mais como uma formalização ou registro das práticas realizadas, em vez de um planejamento ativo para guiar o ensino. Esse padrão sugere a necessidade de maior orientação sobre o momento ideal de elaboração do PEI, de forma a torná-lo um

instrumento mais estratégico e efetivo no processo de inclusão.

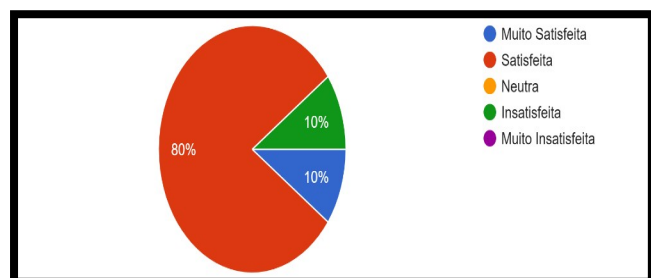
A maioria das participantes, equivalente a 60%, relatou que realiza a elaboração do PEI ao longo do período letivo. Essa prática pode refletir uma tentativa de ajustar continuamente as estratégias pedagógicas às necessidades emergentes dos alunos. Entende-se que o PEI não é um documento estático, mas sim uma ferramenta dinâmica que deve ser revisada e ajustada regularmente, de forma a refletir o progresso dos alunos e incorporar novas estratégias pedagógicas quando necessário. Conforme apontam Silva e Camargo (2021, p. 16): “Mostra-se necessário estudos que demonstrem, de forma clara e concisa, como o PEI deve ser elaborado, mostrando e exemplificando parte a parte, para que assim as dúvidas em sua elaboração sejam minimizadas”.

De acordo com as autoras, é imprescindível que as pesquisas sobre o PEI apresentem orientações claras, exemplificando, de forma pormenorizada, cada etapa de sua construção inclusive o momento de elaboração. Essa abordagem visa minimizar as incertezas e dificuldades enfrentadas pelos educadores no momento de sua aplicação prática, promovendo maior eficácia na adaptação de estratégias pedagógicas às demandas específicas dos alunos.

O Gráfico 4 apresenta as respostas das participantes sobre o grau de satisfação com a implementação do Plano Educacional Individualizado (PEI) em suas escolas. Este questionamento busca compreender a percepção das docentes em relação à efetividade do PEI na

prática, considerando aspectos como adequação às necessidades dos alunos, suporte pedagógico, e impacto na inclusão escolar.

Gráfico 4 - Qual o seu grau de satisfação com a implementação do PEI na sua escola?



Fonte: Menez (2025).

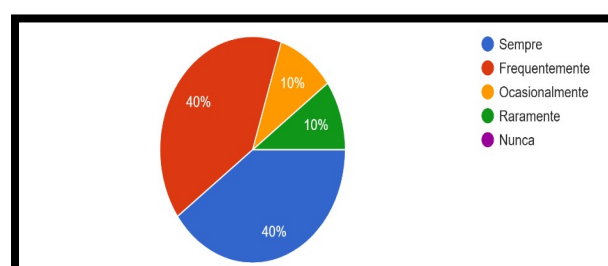
A análise dos dados de satisfação revela que 80% das professoras se consideram satisfeitas e 10% muito satisfeitas com a implementação do PEI, indicando pontos positivos e práticas eficazes no contexto escolar inclusivo. No entanto, os 10% de insatisfação apontam áreas que demandam atenção, como possíveis dificuldades relacionadas a recursos, orientações ou adaptações curriculares. Esses resultados destacam que, embora o PEI seja bem recebido pela maioria, há oportunidades para ajustes e melhorias que podem elevar ainda mais os níveis de satisfação e fortalecer a inclusão na educação especial.

No entanto, há um questionamento nesta análise em relação ao anterior. Embora os dados do Gráfico 2 revelem que 50% das participantes consideram a orientação sobre a elaboração do PEI insuficiente, o Gráfico 4 aponta que a maioria (80%) está satisfeita e 20 % muito satisfeita com a implementação do PEI em suas escolas. É uma aparente contradição, pois como pode boa parte das participantes demonstrarem não terem orientações

suficientes sobre o PEI, e neste último gráfico a maioria afirma estarem satisfeitas com a implementação do PEI? Uma hipótese seria que a satisfação com a implementação do PEI reflete mais a prática cotidiana do que o processo formal de elaboração do plano. As professoras podem estar adaptando suas práticas ao longo do tempo, encontrando soluções práticas e colaborativas para as dificuldades enfrentadas, mesmo com limitações na orientação recebida.

O Gráfico 5 apresenta as respostas das participantes quanto à frequência com que utilizam adaptações curriculares em seu planejamento pedagógico. Essa questão busca compreender o grau de integração dessas adaptações como parte das práticas inclusivas, evidenciando possíveis desafios ou avanços no atendimento às necessidades individuais dos alunos.

Gráfico 5 - Com que frequência você utiliza adaptações curriculares no seu planejamento?



Fonte: Menez (2025).

Os dados mostram que 80% das professoras utilizam adaptações curriculares com frequência, sendo 40% que as utilizam sempre e 40% frequentemente, evidenciando um compromisso significativo com a inclusão no planejamento pedagógico. No entanto, os 10% que utilizam apenas ocasionalmente e os 10% que raramente utilizam

essas adaptações indicam possíveis barreiras, como falta de recursos, tempo ou capacitação. Os resultados do gráfico 5 reforçam a necessidade de estratégias para garantir que todas as professoras tenham condições de incorporar adaptações curriculares de maneira consistente.

As adaptações curriculares são essenciais para atender às diferentes necessidades dos alunos no contexto da inclusão escolar, mas sua implementação consistente depende de formação continuada, suporte técnico e condições adequadas de trabalho para os professores. Glat e Blanco (2007). Com vistas a este estudo, destaca-se que a implementação de uma educação inclusiva requer não apenas mudanças estruturais nas escolas, mas também uma transformação cultural que valorize a diferença como um elemento enriquecedor do processo educativo. Essa perspectiva confirma mais uma vez, a necessidade de capacitação contínua dos professores e de suporte técnico adequado para que possam adaptar suas práticas pedagógicas às necessidades específicas dos alunos. A obra também ressalta a relevância de políticas públicas que garantam recursos e condições para que a inclusão seja efetiva e sustentável.

A seguir, serão apresentados três quadros com perguntas abertas, cujas respostas foram analisadas por meio de abordagem qualitativa. Essa análise buscou identificar padrões, compreender as perspectivas das participantes e explorar os significados subjacentes às suas respostas. Os resultados apresentados nos quadros fornecem insights aprofundados sobre as experiências e práticas relatadas, enriquecendo a discussão acerca

dos desafios e potencialidades no contexto da implementação do PEI e da educação inclusiva.

O primeiro questionamento é apresentado no Quadro 1, onde as respostas foram analisadas, buscando identificar os principais obstáculos relatados pelas professoras, como questões relacionadas à formação, recursos disponíveis e apoio institucional.

Quadro 1 - Quais são os maiores desafios que você enfrenta ao implementar o PEI?

Categoria	Professora	Respostas
Dificuldades na Elaboração do	P1	“Na elaboração de PEI.”
	P3	“Quando eu fazia o PEI, logo após entregava para a coordenadora, ela corrigia e na maioria das vezes devolvia para refazê-lo.”
	P8	“A falta de orientação de como elaborar um PEI sugerida pela coordenação pedagógica.”
Falta de Suporte e Recursos	P4	“A falta do apoio do coordenador pedagógico para orientar de forma correta a implementação do PEI.”
	P6	“Falta de materiais adaptados, tecnologia assistiva e muito mais as turmas lotadas que dificulta a atenção individualizada necessária para acompanhar o progresso do aluno.”
Formação Pedagógica	P5	“Necessidade de formação continuada para o exercício do cargo/função, falta de recursos e espaços adequados para a execução ou adaptação

		das didáticas.”
	P9	“Falta de formação para os professores para trabalhar o Pei.”
	P10	“Falta de formação para os professores para trabalhar o Pei.”
Reflexões e Experiências Positivas	P2	“Garantir que todos os alunos sejam respeitados e valorizados.”
	P7	“Não tive nenhum desafio.”

Fonte: Menez (2025).

A análise dos dados permitiu identificar desafios significativos enfrentados pelas professoras P1, P3 e P8 na implementação do PEI, evidenciando questões estruturais e pedagógicas que dificultam a efetividade do planejamento educacional individualizado. Um dos principais problemas apontados no quadro inicia-se com a elaboração do PEI. Como já mencionado neste estudo, a elaboração do PEI envolve não apenas diferentes etapas e tomadas de decisão, mas também a colaboração de vários sujeitos, no entanto Barbosa e Carvalho (2021) complementam afirmando que:

[...] é preciso considerar que nem todos eles têm formação em Educação Especial, o que se torna um desafio para a realização de adequações de currículo, objetivos e metodologias, ou seja, a elaboração de um planejamento individualizado que atenda às reais possibilidades de aprendizagem do estudante que requer um PEI. Barbosa e Carvalho (2021. p.19).

Atrelado a este desafio, nos resultados, também se destaca a necessidade de formação continuada para as professoras, mencionados pelas professoras P5, P9 e P10 com ênfase na elaboração e implementação prática do PEI em turmas de

Educação Infantil. A ausência dessa formação específica pode acarretar dificuldades na adequação de currículos, objetivos e metodologias às reais possibilidades de aprendizagem dos estudantes. Outro fator mencionado por P4 e P6 se refere à falta de suporte e recursos adequados, como a ausência de materiais adaptados, tecnologia assistiva e a dificuldade em lidar com turmas lotadas, o que compromete a atenção individualizada essencial para acompanhar o progresso dos alunos. O artigo 59 da LDB orienta que os sistemas de ensino devem garantir currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e uma organização específica para atender às necessidades dos estudantes, incluindo a presença de professores especializados. Contudo, na prática, ainda existem grandes lacunas na implementação dessas diretrizes, revelando desafios significativos na realidade das escolas brasileiras.

Por outro lado, é importante ressaltar que houve também relatos positivos por P2 e P7, como o reconhecimento da importância de valorizar e respeitar todos os alunos, além de experiências em que os desafios não foram percebidos, sugerindo que, em determinados contextos, boas práticas podem estar presentes e podem servir como modelo para outras instituições. Essa análise revela que os desafios estruturais e pedagógicos não podem ser tratados isoladamente. É essencial que a formação continuada, o suporte institucional e os recursos sejam promovidos de maneira integrada, a fim de garantir que o PEI seja uma ferramenta eficaz na promoção de uma educação inclusiva e equitativa.

A implementação bem-sucedida do PEI depende de ações coordenadas que fortaleçam as

competências docentes e eliminem as barreiras que limitam a prática pedagógica.

A seguir, o Quadro 2 apresenta exemplos de atividades e recursos considerados eficazes pelas professoras para a aplicação do PEI. As respostas destacam práticas bem-sucedidas e ferramentas úteis que auxiliam na personalização do ensino, promovendo estratégias que atendem às necessidades individuais dos alunos e fortalecem a inclusão escolar.

Quadro 2 - Pode fornecer exemplos de atividades ou recursos que você considera eficazes para a aplicação do PEI?

Categoria	Professora	Respostas
Planejamento Personalizado	P9	“Deve-se primeiramente realizar um diagnóstico para conhecer as especificidades da criança e seu entorno, mapear suas potencialidades e as barreiras para sua aprendizagem, o que possibilitará a elaboração de um documento robusto que ajude a planejar estratégias e propostas contextualizadas. Ex.: Jogos de boliche, amarelinha e quebra-cabeça de animais, além de atividades compartilhadas de pintura, texturas, modelagem, entre outros.”
	P1	“Jogos de encaixe, blocos lógicos, massinha de modelar, empilhamento emborrachado, jogo de memória, brincadeiras, movimentos de pinça e etc.”
Atividades Lúdicas e Recursos Adaptados	P2	“Letras emborrachadas com peso, recursos com

		velcro, livro adaptado; livro imantado e de madeira; jogo da velha adaptado e recursos pedagógicos adaptados para leitura, etc.”
P3		“Atividades que estimulam a ludicidade da criança. Ex.: Jogos, brincadeiras, dentre outros.”
P4		“Atividades lúdicas (jogos educativos, contação de histórias, músicas).”
P5		“Atividades de comunicação, atividades em grupos, materiais e recursos pedagógicos adaptados, atividades manuais e de mobilidade.”
P6		“Jogos que envolvem cores, formas, números e letras, adaptados ao nível de cada aluno, materiais sensoriais como massinha, textura, livros ilustrados.”
P7		“Materiais de Manipulação.”
P8		“Blocos de construção: Para desenvolver habilidades de raciocínio lógico e coordenação motora. Fichas de contagem: Para trabalhar com matemática de forma concreta e visual. Cartões de vocabulário: Usados para trabalhar palavras-chave, aumentando o vocabulário e facilitando a leitura. Etc”.
P10		“Jogos educativos, histórias interativas, jogos cooperativos, tecnologias

		assistivas, jogos da memória”
--	--	-------------------------------

Fonte: Menez (2025).

Essa análise das respostas das professoras revela um panorama rico e detalhado sobre as práticas e desafios envolvidos na aplicação do Plano Educacional Individualizado (PEI) no contexto da Educação Infantil. Ela evidencia, de forma clara, que as professoras valorizam atividades lúdicas e recursos adaptados como estratégias eficazes para estimular a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças, utilizando materiais sensoriais, jogos e recursos inclusivos.

Carneiro (2012) retrata sobre importância de utilizar Recursos Pedagógicos na Educação Inclusiva na Educação Infantil, assim como:

A construção da escola inclusiva desde a educação infantil implica em pensar em seus espaços, tempos, profissionais, recursos pedagógicos etc. voltados para a possibilidade de acesso, permanência e desenvolvimento pleno também de alunos com deficiências, alunos esses que, em virtude de suas particularidades, apresentam necessidades educacionais que são especiais. Talvez o maior desafio esteja na prática pedagógica. Carneiro (2012, p. 86).

Todas as respostas destacaram a utilização de recursos pedagógicos em diversas vertentes, como jogos, materiais adaptados e a professora P10 citou tecnologias assistivas. No entanto, a professora P9 trouxe uma perspectiva diferenciada ao enfatizar, primeiramente, a importância do diagnóstico e do planejamento das atividades. Essa abordagem no Quadro 2, ressalta o papel essencial do PEI como instrumento estruturante no processo de prática pedagógica na Educação Especial Inclusiva, contribuindo para alinhar as estratégias educacionais às necessidades e potencialidades de cada aluno.

Além disso, a análise destaca a importância do planejamento personalizado, fundamentado em diagnósticos bem elaborados que mapeiem tanto as potencialidades quanto as barreiras de cada aluno. A categorização das respostas, neste quadro, também deixa evidente que as práticas pedagógicas podem variar amplamente, dependendo da formação, dos recursos disponíveis e da compreensão dos educadores sobre o PEI. A ênfase em atividades lúdicas e personalizadas demonstra o esforço para atender às necessidades específicas dos alunos de maneira inclusiva e criativa.

O Quadro 3 apresenta as sugestões das professoras sobre melhorias necessárias para a implementação do PEI em suas escolas. As respostas apontam para ações que podem aprimorar o suporte pedagógico, fortalecer os recursos disponíveis e promover a capacitação contínua, visando uma aplicação mais eficaz e inclusiva do plano.

Quadro 3 - Que melhorias você acredita serem necessárias para a melhor implementação do PEI na sua escola?

Categoria	Professora	Respostas
Formação Continuada, Capacitação e Apoio Técnico	P2	“Capacitação contínua dos professores”.
	P3	“A SEMED deveria disponibilizar mais formação para os professores”.
	P5	“Formação continuada e capacitação no início do ano e acompanhamento contínuo”.

	P6	“Cursos e treinamentos contínuos sobre educação inclusiva e elaboração de PEI.”
	P7	“Formação para profissionais voltada para a construção do PEI.”
	P8	“Formação continuada para professores regentes”
	P10	“Capacitação para educadores e profissionais de apoio.”
	P4	“Apoio especializado para orientar os professores”
	P9	“Parceria da equipe escolar e suporte técnico adequado”
Colaboração e Acompanhamento	P1	“Elaboração colaborativa com professores, coordenadores, pais e profissionais, além de projetos sociais”.
	P3	“Registros de avanços e dificuldades da criança para coordenadores e acompanhamento maior por parte deles”.
	P5	“Acompanhamento mais eficaz com formação e capacitação”.
Estruturas e Recursos	P1	“Adaptação de estruturas físicas e otimização do espaço físico, além do uso de

		tecnologias pedagógicas”.
	P2	“Adaptação do ambiente físico”.
	P4	“Recursos e estrutura adequada”.
	P9	“Uso de tecnologias assistivas e adaptação do ambiente escolar”.
Participação da Família	P1	“Envolvimento de pais no processo colaborativo”.
	P2	“Participação ativa das famílias”
	P9	“Parceria da família como parte fundamental do processo inclusivo”.

Fonte: Menez (2025).

No quadro 3 as professoras ressaltaram a importância da capacitação contínua como base para a implementação do PEI. Destacam-se frases como “Capacitação contínua dos professores” (P2) e “Cursos e treinamentos contínuos sobre educação inclusiva e elaboração de PEI” (P6). Além disso, a necessidade de apoio técnico especializado foi mencionada, reforçando a interdependência entre formação e suporte técnico. Esses dados corroboram estudos de Glat e Blanco (2007), que enfatizam a formação docente como pilar da educação inclusiva.

A elaboração colaborativa do PEI foi apontada como essencial por várias participantes. P1 destacou que “a elaboração colaborativa com professores, coordenadores, pais e profissionais” é fundamental para um planejamento eficaz. A

necessidade de registros contínuos dos avanços e dificuldades das crianças foi citada por P3, evidenciando a importância do acompanhamento sistemático como ferramenta de avaliação e ajuste do PEI.

Assim como a adaptação do ambiente escolar, com estruturas físicas adequadas e tecnologias assistivas, foi amplamente mencionada. P1 sugeriu “adaptação de estruturas físicas e otimização do espaço físico”, enquanto P9 apontou o “uso de tecnologias assistivas”. Esses dados refletem um entendimento de que o PEI não se limita ao planejamento pedagógico, mas requer condições materiais para sua efetivação. A parceria das famílias no processo educacional foi destacada por P9, que mencionou “parceria da família como parte fundamental do processo inclusivo”. P1 também indicou o “envolvimento de pais no processo colaborativo”. Essa categoria reflete o impacto positivo da interação entre escola e família na implementação do PEI, conforme estudos sobre inclusão escolar.

Diante dos achados desta pesquisa, fica evidente que a implementação do Plano Educacional Individualizado (PEI) na Educação Especial Inclusiva apresenta desafios significativos, mas também abre caminhos para avanços concretos. A partir das respostas coletadas por meio do questionário semiestruturado, foi possível identificar lacunas que exigem maior atenção, como a necessidade de formação continuada dos docentes, aprimoramento dos recursos didáticos e fortalecimento da infraestrutura escolar. No entanto, as percepções das professoras também revelaram

práticas promissoras que, se amplificadas e respaldadas por políticas educacionais eficazes, podem tornar o PEI uma ferramenta ainda mais potente para a inclusão escolar. Portanto, os resultados desta pesquisa reforçam a importância de investimentos estratégicos, de iniciativas colaborativas entre escola e família e da construção de um ambiente educacional que valorize a diversidade e ofereça suporte para o desenvolvimento pleno dos estudantes.

Esses elementos não são isolados, mas complementares, reforçando a necessidade de ações integradas para promover uma educação inclusiva efetiva. Os dados obtidos evidenciam a relevância de investimentos em formação docente, recursos estruturais e políticas educacionais que priorizem o trabalho colaborativo e o envolvimento comunitário.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo trouxe à tona, reflexões essenciais sobre os desafios e potencialidades relacionados à implementação do Plano Educacional Individualizado (PEI) no contexto da Educação Especial Inclusiva. A partir das análises realizadas, ficou evidente que o PEI é uma ferramenta pedagógica indispensável para promover a inclusão escolar, mas que enfrenta limitações tanto estruturais quanto pedagógicas.

Os resultados indicaram a necessidade de ações integradas, como investimentos em formação continuada, ampliação dos recursos disponíveis e maior orientação para a elaboração e aplicação do PEI. Tais elementos são fundamentais para garantir que o plano desempenhe seu papel inclusivo de forma eficaz, respeitando as especificidades de cada

estudante e permitindo o pleno desenvolvimento de suas potencialidades.

No entanto, este estudo também aponta que, para além das dificuldades, existem práticas promissoras já presentes em algumas instituições, como o uso de recursos lúdicos e tecnológicos e a colaboração entre docentes e famílias. Essas práticas devem ser disseminadas e fortalecidas para servir de modelo a outras escolas e contextos educacionais. Como contribuição para o campo educacional, este trabalho busca ampliar o diálogo entre pesquisadores, educadores e gestores, incentivando o desenvolvimento de políticas públicas que promovam a inclusão de forma efetiva e abrangente.

Além disso, é fundamental que as políticas educacionais sejam constantemente revisadas e ajustadas para acompanhar as demandas emergentes da educação inclusiva. A implementação eficaz do PEI não depende apenas de esforços individuais dos docentes e gestores, mas também de um compromisso institucional e governamental que viabilize as condições necessárias para sua aplicação. Isso inclui a alocação adequada de recursos, o fortalecimento da rede de apoio escolar e a construção de uma cultura inclusiva que valorize a diversidade e promova equidade no ambiente escolar. Dessa forma, a educação especial inclusiva pode avançar significativamente, garantindo que todos os estudantes tenham acesso a um ensino de qualidade e oportunidades reais de desenvolvimento.

Reconhece-se, ainda, que há espaço para futuras pesquisas que aprofundem as possibilidades de aprimoramento do PEI, explorando sua aplicação em diferentes contextos e analisando seus impactos

no desenvolvimento educacional de estudantes e professores.

Em suma, conclui-se que o PEI tem o potencial de transformar práticas pedagógicas e fortalecer a educação inclusiva. Para que esse potencial seja plenamente alcançado, é imprescindível que esforços contínuos sejam realizados, integrando formação, recursos e suporte às ações educativas. Espera-se que este trabalho inspire novas investigações e iniciativas voltadas para a inclusão escolar em seus diversos aspectos.

REFERÊNCIAS

BASSI, T. M. dos Santos. **O Plano Educacional Individualizado (PEI) e a escolarização dos alunos com deficiência intelectual: práticas e processos em curso**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2019.

BARBOSA, Vânica Benvenuti; CARVALHO, Marcos Pavani de. **Conhecimentos necessários para elaborar o Plano Educacional Individualizado – PEI**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais- Campus Rio Pomba. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência (**Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Medida Provisória nº 1.025, de 31 de dezembro de 2020. **Altera a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e dispõe sobre o Plano de Ensino Individualizado**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 31 dez. 2020.

CARNEIRO. Relma Uriel Carbone. **Educação Inclusiva na Educação Infantil**. Dossiê Temático Infância e Escolarização. Práxis Educacional, v. 8, n. 12, p. 81-95, 2012. Disponível em <<https://repositorio.unesp.br/entities/publication/a2>

b060e8-1c0d-4432-9d68-12b43df0ae3c>. Acesso em 25 de março de 2025.

COSTA, D. da S.; SCHMIDT, C. **Plano Educacional Individualizado para Estudantes com Autismo: uma análise conceitual**. Cadernos de Educação, n. 61, 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2017.

GLAT, Rosana; BLANCO, Rosa Maria. **Educação inclusiva: cultura e práticas pedagógicas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

GLAT, R.; VIANNA, M. M.; REDIG, A. G. **Plano Educacional Individualizado: uma estratégia a ser construída no processo de formação docente**. Revista de Educação Inclusiva, v. 1, n. 2, p. 45-58, 2012. Acesso em 13 de janeiro. Disponível em <https://web.eduinclusivapesq-uerj.pro.br/wp-content/uploads/2020/05/GLAT_VIANNA_REDIG_Artigosemperiodicos_2012.pdf?form=MG0AV3>

MANTOAN, Maria Tereza Égler. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 1. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 18ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

Rhema Educação. **Plano Educacional Individualizado: guia prático para inclusão**. São Paulo: Rhema Publicações, 2022. Disponível em:< > Acesso em: 10 fev. 2025. PEI - PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO

SILVA, G. L.; CAMARGO, S. P. H.; MELLO, M. P.; COSTA, D. da S. **Contexto histórico e político para uma ação propositiva de organização e operacionalidade do Plano Educacional Individualizado de estudantes com deficiências**. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, v. 30, n. 85, 2022.